



SEXTA - FEIRA - 24 DE OUTUBRO DE 2025 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



PROPRIETÁRIOS DE AUTOESCOLAS E FUNCIONÁRIOS DE BELO HORIZONTE E DE OUTRAS CIDADES BRASILEIRAS SE MOBILIZARAM NESTA QUINTA-FEIRA (23/10) CONTRA A PROPOSTA DO GOVERNO FEDERAL QUE PREVÊ O FIM DA OBRIGATORIEDADE DE FREQUENTAR CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES PARA OBTER A CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CNH). ALÉM DA CAPITAL MINEIRA, MANIFESTAÇÕES OCORRERAM EM SALVADOR, RECIFE, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO.



CÂMARA DE NOVA VENÉCIA APROVA PROGRAMA “PÉTALA VIVA” PARA ATENDIMENTO HUMANIZADO A MULHERES EM VULNERABILIDADE, DE AUTORIA DO VEREADOR MARCELO NEUMANN. A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA APROVOU, NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2025, O PROJETO DE LEI Nº 53/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR MARCELO NEUMANN, QUE INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO HUMANIZADO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, DENOMINADO “PÉTALA VIVA”.



A PRODUÇÃO DE MEL NO ESPÍRITO SANTO VEM REGISTRANDO CRESCIMENTO CONTÍNUO E TORNANDO-SE UMA IMPORTANTE ATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR CAPIXABA. DE ACORDO COM DADOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), O ESTADO PRODUZIU 846 MIL QUILOS DE MEL EM 2024, UM AUMENTO DE 55% EM RELAÇÃO A 2016, QUANDO O VOLUME ERA DE 544 MIL QUILOS.



AUTOESCOLAS DE BH PROTESTAM CONTRA FLEXIBILIZAÇÃO DA CNH E AJUSTES NO SETOR

Proprietários de autoescolas e funcionários de Belo Horizonte e de outras cidades brasileiras se mobilizaram nesta quinta-feira (23/10) contra a proposta do governo federal que prevê o fim da obrigatoriedade de frequentar centros de formação de condutores para obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Além da capital mineira, manifestações

ocorreram em Salvador, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro.

Em Minas Gerais, o protesto foi organizado pelo Sindicato dos Empregados e Instrutores das Autoescolas do Estado de Minas Gerais (Seame) e reuniu cerca de 400 pessoas e 200 veículos, segundo o presidente do sindicato, Fernando Soares. O ato começou na Praça da Estação e seguiu até a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), buscando apoio de parlamentares para barrar a medida.

Reivindicações

Durante a mobilização, instrutores explicaram suas reivindicações e os motivos do protesto. Luciano Gomes de Santos, da Autoscola Esporta, em Sabará, destacou que o governo federal quer impor uma medida que vai contra os princípios da categoria. Ele lembrou que a autoescola está há mais de 30 anos ensinando corretamente e preparando condutores, e que a desobrigação das autoescolas deixaria milhares de famílias desempregadas. "Estamos aqui para tentar conversar, porque o ministro não quer nem ouvir a categoria", afirmou Luciano, ressaltando que espera que a medida seja revista antes que prejudique a sociedade.

Thiago Filipe Monteiro Loto da Silva, instrutor da Autoescola Start, em Venda Nova, complementou que a proposta também afeta a segurança no trânsito. Segundo ele, com 40 mil mortes anuais atualmente, a flexibilização poderia triplicar ou quadruplicar esse número, já que muitas pessoas não teriam condições de se habilitar sozinhas, sem orientação de profissionais e instituições. Um representante dos trabalhadores rodoviários da região reforçou que a luta não é apenas pela empregabilidade, mas também pela segurança viária, alertando que motoristas sem qualificação adequada poderiam piorar a situação nas ruas.

Fernando Soares sintetizou o sentimento geral da categoria: a principal reivindicação é a manutenção da obrigatoriedade das autoescolas. Ele destacou que, só em Minas Gerais, 22 mil empregos estão em risco, e no Brasil, mais de 300 mil. Para ele, a proposta do governo precariza o ensino, compromete a segurança no trânsito e ameaça o sustento de milhares de famílias.



Segundo o presidente do Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Minas Gerais (Sindicfc-MG), Alessandro Dias, o ato tem como objetivo mostrar que toda a atividade de formação de condutores está em risco diante de uma mudança que, se implementada de forma inadequada, comprometeria a segurança de milhares de pessoas.

Ele explicou que a redução anunciada de até 80% na duração dos cursos não procede e já gera reflexos negativos: muitas pessoas deixaram de procurar as autoescolas, prejudicando a matrícula de alunos, a continuidade das atividades das empresas e a remuneração dos instrutores. Segundo Alessandro, qualquer tentativa de reduzir o processo de formação comprometeria a preparação adequada dos condutores e sua aprovação nos exames. O dirigente também comentou que a intenção inicial era entregar aos deputados estaduais um pedido de apoio contra as mudanças na proposta, mas como não houve presença de parlamentares no local, a responsabilidade de encaminhar o documento ficou a cargo dos representantes dos trabalhadores, que já fizeram a entrega formal. Segundo cálculos do setor, estão em risco R\$ 14 bilhões anuais e cerca de 300 mil empregos em todo o país. Atualmente, em Minas Gerais, há cerca de 2 mil autoescolas credenciadas, 248 em Belo Horizonte.

Proposta do governo federal

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou, em 1º de outubro, que o Ministério dos Transportes avance com o projeto que prevê o fim da obrigatoriedade de frequentar autoescolas para a obtenção da CNH. A proposta, em análise no Congresso Nacional, permite que o candidato se prepare por conta própria e realize apenas as provas teórica e prática aplicadas pelos Detrans. Inicialmente, a medida afetará as categorias A (motocicletas) e B (veículos de passeio).

Segundo o ministro Renan Filho, a iniciativa visa reduzir custos e formalizar milhões de motoristas que circulam sem habilitação. Estima-se que 40 milhões de pessoas conduzam veículos de forma irregular, sendo 55% proprietários de motocicletas sem CNH.

Ele admite a possibilidade de manter um número mínimo de aulas práticas, ainda indefinido, mas garante que as provas

continuarão obrigatórias. O ministro afirma que a mudança representa um passo em direção à "justiça social" e à desburocratização do processo de obtenção da CNH. Uma consulta pública foi aberta e ficará disponível até o dia 2 de novembro. Depois dessa fase, o tema passará por outras etapas, incluindo discussões no Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

A Federação Nacional das Autoescolas e Centros de Formação de Condutores (Feneauto) e o Instituto Nacional Mulheres pelo Trânsito levaram ao Tribunal de Contas da União (TCU) denúncias de supostas fraudes nos cursos à distância, contratos suspeitos com Detrans e comercialização ilegal de dados pelo Serpro. O setor pede auditoria independente, revisão dos editais estaduais e obrigatoriedade de prova de vida em cursos EAD.

Mudanças em Minas

Desde junho, mudanças no credenciamento de autoescolas já começaram a valer em Minas. As regras de credenciamento para empresas que atuam na formação de condutores no estado foram atualizadas pela Portaria nº 755/2025, publicada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG). As novas diretrizes abrangem Centros de Formação de Condutores (CFCs), motopistas, plataformas de ensino remoto e instituições de ensino credenciadas.

Entre as principais alterações está a ampliação do prazo de validade dos credenciamentos, que passa de um para dois anos, alinhando os prazos com serviços como clínicas médicas e psicológicas. Outra mudança significativa é a substituição da vistoria técnica presencial por um laudo técnico assinado por engenheiro ou arquiteto, com registro profissional e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), garantindo padronização, agilidade e segurança jurídica e liberando a Polícia Civil de tarefas administrativas.

Segundo a Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET-MG), o modelo foi construído com base em critérios técnicos e em diálogo com representantes do setor. Os estabelecimentos já credenciados terão seis meses para se adequar às novas especificações de placas de identificação visual, para facilitar o reconhecimento pelos cidadãos.

*Estagiária sob supervisão da subeditora Juliana Lima

<https://www.em.com.br/gerais/2025/10/7/277148-autoescolas-de-bh-protestam-contraflexibilizacao-da-cnh-e-ajustes-no-setor.html>

CÂMARA DE NOVA VENÉCIA APROVA PROGRAMA “PÉTALA VIVA” PARA ATENDIMENTO HUMANIZADO A MULHERES EM VULNERABILIDADE, DE AUTORIA DO VEREADOR MARCELO NEUMANN



A Câmara Municipal de Nova Venécia aprovou, no dia 21 de outubro de 2025, o Projeto de Lei nº 53/2025, de autoria do vereador Marcelo Neumann, que institui o Programa Municipal de Atendimento Humanizado à Mulher em Situação de Vulnerabilidade, denominado “Pétala Viva”. A iniciativa tem como objetivo oferecer acolhimento digno, escuta qualificada e atendimento prioritário a mulheres em situação de risco, como casos de violência, abandono, sofrimento psíquico ou gravidez não planejada. O programa será executado sem gerar novas despesas,

utilizando as estruturas já existentes nas redes municipais de saúde e assistência social. Ele também prevê a criação de espaços reservados para o acolhimento humanizado em unidades de saúde e a integração entre os serviços públicos por meio de protocolos conjuntos, garantindo sigilo e respeito à dignidade das mulheres. Segundo o vereador Marcelo Neumann, o “Pétala Viva” representa um avanço nas políticas públicas de proteção à mulher em Nova Venécia, fortalecendo a rede de apoio e assegurando o cumprimento da Lei Maria da Penha dentro de parâmetros éticos, legais e financeiros sustentáveis.

PRODUÇÃO DE MEL CRESCE 55% NO ESPÍRITO SANTO E ESTADO PROJETA CHEGAR A MIL TONELADAS ATÉ 2032

A produção de mel no Espírito Santo vem registrando crescimento contínuo e tornando-se uma importante atividade da agricultura familiar capixaba. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado produziu 846 mil quilos de mel em 2024, um aumento de 55% em relação a 2016, quando o volume era de 544 mil quilos.

O valor da produção também mais que dobrou, passando de R\$ 6,2 milhões para R\$ 12,3 milhões no período. Entre os municípios de maior destaque, Aracruz lidera o ranking estadual, respondendo por 10,6% da produção, seguido de Fundão (9,7%) e Marechal Floriano (9,5%).

De acordo com o secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, Enio Bergoli, o setor apícola está em expansão e tem recebido atenção especial dentro do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG 4).

“A apicultura capixaba tem grande potencial para gerar renda,



diversificar a produção e fortalecer a agricultura familiar. O PEDEAG 4 estabelece objetivos claros, como ampliar a assistência técnica, fortalecer o cooperativismo e incentivar o uso de abelhas como bioinsumos agrícolas. Nosso desafio é chegar a 2032 com uma produção estadual de mil toneladas de mel, valorizando o produtor e ampliando o consumo entre os capixabas”, destacou Bergoli.

Além da geração de renda, a apicultura e a meliponicultura – criação de abelhas com e sem ferrão – desempenham papel estratégico na sustentabilidade ambiental e na segurança alimentar. As abelhas são responsáveis pela polinização de

diversas culturas agrícolas, contribuindo para o aumento da produtividade das lavouras e para o equilíbrio dos ecossistemas.

Meliponicultura

Outro aspecto de destaque é a meliponicultura, atividade que vem ganhando espaço em propriedades familiares capixabas. As abelhas nativas sem ferrão – como a jataí, uruçú e mandaçaia –

produzem mel com características únicas, de alto valor agregado e reconhecido por suas propriedades medicinais. Esse tipo de criação, além de sustentável, se mostra uma alternativa interessante para pequenos produtores e para a conservação da biodiversidade local. Com ações de incentivo, inovação e sustentabilidade, o Espírito Santo segue consolidando sua posição como referência na produção de mel e no fortalecimento da apicultura familiar no Brasil.

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação da Seag

OBRAS, SANEAMENTO E DUPLICAÇÃO DA RODOVIA OURO PRETO-MARIANA MARCAM UM ANO DA ASSINATURA DO ACORDO DE REPARAÇÃO DO RIO DOCE

O governador em exercício de Minas Gerais, Mateus Simões, apresentou, nesta quarta-feira (22/10), na Cidade Administrativa, a prestação de contas do primeiro ano de execução do Acordo de Reparação do Rio Doce, formado por um conjunto de ações que marca uma nova etapa da reconstrução dos territórios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana.

Durante o evento, também foi instituída a Instância Mineira de Participação Social do Rio Doce (IMPS/Doce), novo espaço de diálogo, consulta e controle social da reparação conduzida pelo Estado.

"Hoje, um ano após termos celebrado o Acordo de Reparação do Rio Doce, temos a oportunidade de iniciar um processo de prestação de contas que será reforçado com a criação dessa instância de participação social com representantes das comunidades atingidas, do poder público estadual e dos Ministérios Públicos Estadual e Federal", disse o governador em exercício de Minas Gerais, Mateus Simões.

“Estas novas instâncias de acompanhamento vão se reunir a cada dois meses e esse grupo terá a oportunidade de fiscalizar tudo aquilo que estamos fazendo, como o dinheiro está sendo aplicado, e, também, colaborar na reorientação desses investimentos, já que eles serão feitos ao longo de 20 anos” explicou.

Firmado em outubro de 2024 entre os governos de Minas, Espírito Santo e Federal, as Instituições de Justiça – Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) –, além das empresas Samarco, Vale e BHP, o Novo Acordo de Mariana, que passa agora a se chamar Acordo de Reparação do Rio Doce, por abranger toda esta área, prevê mais de R\$ 81 bilhões em investimentos sociais, econômicos e ambientais no estado.

Participação popular

A IMPS/Doce foi criada por iniciativa do Governo de Minas, após amplo debate com as instituições de Justiça, com o objetivo de estimular a participação popular nos debates. A instância será um espaço de representação e escuta das



comunidades atingidas, dos povos tradicionais, do Poder Público e das instituições de Justiça.

O colegiado realizará reuniões bimestrais nas regiões afetadas, promovendo o diálogo direto com a população e fortalecendo o controle social e a transparência na execução das ações de reparação. A iniciativa foi criada em parceria com as instituições de Justiça comprometidas, reafirmando o compromisso conjunto com uma reparação participativa e efetiva.

"A participação e o controle social vão além da transparência: trazem a possibilidade de unirmos esforços para reparar, de forma contínua, os impactos da tragédia do Rio Doce e promover o desenvolvimento da região. Não há como reparar as vidas perdidas, mas é possível garantir desenvolvimento e protagonismo às pessoas da região, com o apoio dos recursos previstos no acordo", destacou a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Silvia Listgarten.

Obras e infraestrutura

Entre os principais avanços do último ano está a obra de duplicação integral da BR-356, no trecho entre Ouro Preto e Mariana, um dos eixos viários mais importantes para a economia, turismo e mobilidade da região. As obras fazem parte do Lote Rodoviário Via Liberdade e serão executadas com recursos provenientes do acordo, totalizando R\$ 1,7 bilhão em investimentos.

A iniciativa permitirá a modernização de 190 quilômetros de rodovias, melhorando a segurança viária e o escoamento da produção regional. O início das intervenções está previsto para 2026.

Também estão em andamento obras de conservação e reabilitação viária nos municípios atingidos, como a recuperação de 29,5 quilômetros da MG-129, entre Ouro Preto e Ouro Branco, e de 17,3 quilômetros da AMG-1705, no trecho de Santa Cruz do Escalvado.

Além disso, foram adquiridos kits de máquinas para entrega aos municípios, com investimento de R\$ 90 milhões.

Saneamento

Em julho de 2025, o Governo de Minas lançou o Programa de Saneamento da

Bacia do Rio Doce, com o objetivo de universalizar o acesso à água potável e ao esgoto tratado em 200 municípios mineiros. O investimento total é de R\$ 7,54 bilhões ao longo de 20 anos.

Saúde

Na área da Saúde, 38 municípios tiveram seus Planos de Ação Municipais de Saúde aprovados pelo Comitê Especial Tripartite (CET), com repasses já iniciados. Está em fase final o Plano de Ação Estadual de Saúde do Rio Doce, que reunirá diretrizes estratégicas para fortalecer a rede pública de saúde nas regiões atingidas.

Meio ambiente

O Estado de Minas Gerais iniciou a execução de R\$ 14 bilhões em iniciativas ambientais, socioeconômicas e compensatórias.

Em março de 2025, foi criado um fundo perpétuo de recuperação ambiental no valor de R\$ 750 milhões, para liberação dos rendimentos em ações futuras de resposta a enchentes e limpeza urbana.

Na área de meio ambiente, está prevista ainda a aplicação de recursos em ações de biodiversidade aquática e retomada da pesca no Rio Doce, incluindo criação de peixes para liberação no rio, entrega de kits feira a produtores e fortalecimento dos Sistemas de Inspeção Municipal.

As ações socioambientais incluem o reflorestamento e revitalização aquática da Bacia do Rio Doce, a consolidação das unidades de conservação e a modernização da fiscalização ambiental, além de ações de recuperação produtiva das propriedades rurais.

Mais informações sobre as ações e investimentos da Reparação do Rio Doce estão disponíveis em mg.gov.br/riodoce.

GOVERNO DE MINAS RECEBE PRÊMIO INTERNACIONAL PELO PROGRAMA ROTA DA DESCARBONIZAÇÃO

O Governo de Minas, por meio da Invest Minas, agência vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG), conquistou reconhecimento internacional pelo programa Rota da Descarbonização, durante cerimônia de premiação que ocorreu nesta quarta-feira (22/10), em Sharjah, nos Emirados Árabes Unidos.

O recebimento do prêmio de Excelência em Investimentos, concedido pela Associação Mundial de Agências de Promoção de Investimentos (Waipa, na sigla em inglês), se deu em razão da atuação da agência em prol de uma economia mais sustentável. O programa foi o vencedor na categoria Voz dos Investidores, relacionada a iniciativas de Policy Advocacy.

Criada em 1995 com o apoio da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Waipa reúne mais de 170 agências de 130 países.

Sua premiação é uma das mais prestigiadas entre as Agências de Promoção de Investimentos (IPAs, na sigla em inglês), reconhecendo iniciativas que contribuem de forma inovadora para a melhoria do ambiente de negócios e para o desenvolvimento sustentável.



“O programa Rota da Descarbonização é um compromisso assumido pelo Governo de Minas, no âmbito da campanha Race to Zero, de alcançar a neutralidade nas emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) até 2050. E ao alinhar competitividade e responsabilidade ambiental, reafirmamos nossa convicção de que é possível gerar oportunidades, atrair investimentos e, ao mesmo tempo, proteger o futuro das próximas gerações”, destaca o secretário de Estado Adjunto de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Frederico Amaral.

O programa está em fase de estruturação de um roteiro estratégico (roadmap) para orientar a transição de Minas Gerais rumo a uma economia de baixo carbono, com foco em atrair investimentos em tecnologias de descarbonização nos principais macrossetores emissores de GEE: Energia, Transporte, Indústria, e Agropecuária/Florestas.

Para o diretor de Gestão e Novos Negócios da Invest Minas, Gustavo Garcia Vieira de Almeida, que representou a agência na cerimônia, o reconhecimento internacional demonstra a força do trabalho do Governo de Minas.

“Este prêmio mostra ao mundo que Minas Gerais não está apenas acompanhando as mudanças globais, mas

liderando o movimento por uma economia mais verde e inovadora. O Rota da Descarbonização é uma entrega inédita no mundo e um convite para que empresas, governos e sociedade se unam em torno de um objetivo comum: transformar desafios climáticos em oportunidades de crescimento sustentável”, afirmou Gustavo Garcia Vieira de Almeida, diretor de Gestão e Novos Negócios da Invest Minas”, destacou.

Sobre o prêmio

O Prêmio Waipa de Excelência em Investimentos homenageia agências que demonstraram liderança estratégica, inovação e resultados tangíveis em todo o ciclo de vida do investimento, desde sua promoção e facilitação até os serviços de aftercare (pós-atendimento) e atividades de policy advocacy (recomendação de políticas públicas voltadas à atração de investimentos).

GOVERNO DE MINAS DISPONIBILIZA PORTFÓLIO DE EMENDAS 2026 PARA PARLAMENTARES ESTADUAIS

O Portfólio de Emendas 2026 já está disponível para consulta dos deputados estaduais de Minas Gerais. O documento é elaborado anualmente pela Secretaria de Estado de Governo (Segov-MG) e tem como objetivo embasar o Legislativo estadual no momento de indicar as emendas parlamentares.

O portfólio funciona como um catálogo de referência, em que os órgãos e entidades estaduais executores de emendas parlamentares apresentam os principais projetos que podem ser realizados com apoio das emendas, atendendo diferentes tipos de beneficiários, como prefeituras, organizações da sociedade civil e órgãos do próprio Poder Executivo.

O objetivo é facilitar o planejamento e a escolha das indicações pelos deputados estaduais, garantindo maior clareza e previsibilidade nas possibilidades de execução orçamentária e financeira para o exercício de 2026.

O documento cumpre o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que determina o prazo para que o Poder Executivo publique na internet as listas atualizadas de ações passíveis de execução orçamentária e financeira para efeito de emendas parlamentares individuais, de

blocos e de bancadas. O documento está disponível no Portal de Emendas Estaduais desde o dia 17/10/2025.

No site, as ações estão apresentadas com informações sobre o órgão gestor ou entidade gestora, código, finalidade, beneficiário, objeto, tipo de aplicação, grupo de despesa e o valor mínimo de alocação, conforme critérios técnicos definidos na legislação. Este ano, estão cadastrados mais de 750 projetos, de 30 órgãos estaduais.

Para a construção do Portfólio de Emendas 2026, a Segov promoveu uma capacitação com representantes dos órgãos executores, visando um documento aderente às necessidades da sociedade.

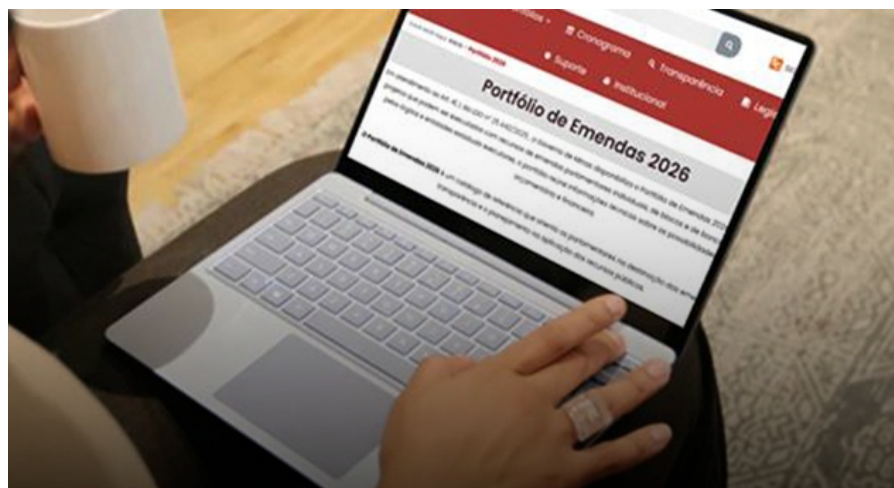
“O Portfólio de 2026 é um instrumento que fortalece a transparência e o planejamento na execução das emendas parlamentares. Ele foi construído de forma colaborativa, com a participação de todos os órgãos e entidades executores, garantindo que as informações apresentadas reflitam as reais possibilidades de execução orçamentária e financeira do Estado”, explica o superintendente central de Emendas Parlamentares Estaduais e Transferências, Gean

Fernandes Pinto.

Novidade no Portal de Emendas

Para auxiliar os parlamentares no momento da consulta ao Portfólio de Objetos, o Governo de Minas disponibilizou um novo painel de busca no site oficial de emendas parlamentares, tornando mais simples e intuitiva a consulta dos projetos disponíveis. A nova ferramenta permitirá filtrar informações por órgão executor, município, beneficiário e tipo de ação, ampliando a transparência e a eficiência no processo de indicação das emendas.

“Avanços como o novo painel de busca ajudam a tornar o processo de indicação de emendas ainda mais transparente e eficiente”, finaliza Gean Fernandes Pinto.



GOVERNO DO ESTADO MODERNIZA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS NA BACIA DO RIO DOCE COM NOVO HELICÓPTERO

Além dos grandes investimentos em saneamento, recuperação ambiental e obras de infraestrutura nas cidades capixabas impactadas pelo desastre de Mariana, o Governo do Estado do Espírito Santo, dentro do Novo Acordo do Rio Doce, também terá atribuições no monitoramento e na fiscalização ambiental das áreas afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015, bem como no atendimento a emergências nas comunidades desses municípios.

Como parte do planejamento das Secretarias da Casa Militar (SCM) e de Recuperação do Rio Doce (Serd), foi firmado um termo de cooperação e descentralização de recursos para a aquisição de um helicóptero, que será utilizado em ações de fiscalização e monitoramento ambiental. O termo atende aos requisitos do Anexo 12 do Novo Acordo Rio Doce, lista 6 - item LXX, que prevê a reforma, modernização, equipagem e melhorias logísticas das estruturas físicas e dos serviços da Administração Pública.

“O Acordo de Mariana foi uma conquista para que possamos reparar aquela área tão afetada. Estamos realizando diversos investimentos fundamentais para o Espírito Santo e para os capixabas. A utilização dessa nova aeronave será muito importante para a fiscalização ambiental. O helicóptero ficará baseado em Linhares, uma região estratégica dentro da Bacia do Rio Doce. O equipamento também atenderá outras ações, como na área da segurança e no transporte aeromédico”,



pontuou o governador Renato Casagrande.

No Espírito Santo, todas as aeronaves pertencem à frota do Núcleo de Operações e Transporte Aéreo (NOTAER), administrada pela SCM. O trabalho de fiscalização e monitoramento ambiental será coordenado pela Polícia Militar Ambiental e contará com o apoio técnico do Corpo de Bombeiros Militar, da Defesa Civil, do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) e do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf).

O termo de cooperação entre a SCM e a Serd terá execução prevista entre outubro e dezembro de 2025, com investimento de R\$ 33 milhões. O helicóptero entrará em linha de produção nesse período e deve ser entregue ao Governo do Estado no primeiro semestre de 2026.

“Com apenas nove meses de atuação, já temos muitas ações importantes sendo iniciadas na Secretaria de Recuperação do Rio Doce, em parceria com outras secretarias estaduais. Em destaque, o programa Reflorestar Doce, que vai

investir R\$ 334 milhões na recuperação dos processos naturais de circulação da água na Bacia do Rio Doce, e o convênio com a Secretaria da Agricultura, que está aportando R\$ 100 milhões na reservação de água e na recuperação de estradas rurais nos municípios impactados pelo desastre de Mariana. Esse conjunto de ações garante o cumprimento das obrigações do Governo do Estado dentro do Novo Acordo do Rio Doce, sempre com foco

no saneamento, na recuperação ambiental e na retomada econômica sustentável das cidades”, destacou o secretário de Estado de Recuperação do Rio Doce, Guerino Balestrassi.

A aeronave vai atuar em ocorrências ao longo de toda a extensão do Rio Doce em território capixaba, além de realizar, em parceria com o Governo Federal, o monitoramento e a fiscalização ambiental da região marinha do Espírito Santo, na foz do rio, também afetada pelo desastre.

Além das ações de fiscalização e monitoramento, o helicóptero poderá atender, em conjunto com a Secretaria da Saúde (Sesa), ocorrências de transporte de órgãos e tecidos para transplantes, remoção de pacientes e resgate em acidentes nas rodovias que cortam os municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, além de outras demandas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação do Governo

11º BATALHÃO REALIZA TREINAMENTO EM BARRA DE SÃO FRANCISCO

Na noite desta quarta-feira (22), entre 20h e 22h, o 11º Batalhão da Polícia Militar realizou, no centro de Barra de São Francisco, o primeiro Treinamento e Simulado Prático de Atendimento de Ocorrências Relacionadas a Ataques a Instituições Financeiras e Similares.

A atividade, denominada “Operação Escudo de Aço”, foi realizada em frente à uma agência bancária e teve como objetivo aperfeiçoar os procedimentos operacionais e fortalecer a integração entre as forças de segurança pública em situações de alto risco, como ações do tipo Novo Cangaço e ataques coordenados a estabelecimentos bancários. Durante o exercício, foram simuladas situações de confronto armado, cerco policial, detenção de suspeitos e atendimento pré-hospitalar, com foco no tempo de resposta, coordenação tática e comunicação entre as guarnições da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo.

Para o desenvolvimento da operação, foi empregado todo o efetivo do 11º BPM, composto por aproximadamente 200 policiais militares, que atuaram de forma coordenada em toda a área da Unidade. As equipes foram distribuídas em diferentes funções operacionais, como controle do fluxo de veículos e pedestres, montagem de pontos de bloqueio, patrulhamento preventivo, apoio

logístico e abordagens táticas, garantindo realismo e amplitude ao exercício.

De acordo com o comandante do 4º Comando de Policiamento Ostensivo Regional (CPO-R), coronel Marcos Almeida de Oliveira, o simulado prático representou uma importante ação de integração entre os órgãos de segurança, autoridades locais e comunidade, além de uma valiosa oportunidade de instrução e preparo do efetivo para o enfrentamento da criminalidade violenta.

Para o comandante do 11º BPM, tenente-coronel Jader Roberto de Oliveira, o exercício marca um momento inédito na história da Unidade, simbolizando o compromisso da PMES com a capacitação contínua e a pronta resposta diante de ocorrências de alta complexidade.

“Nosso objetivo é garantir que nossos policiais estejam preparados para agir de forma coordenada, técnica e segura diante de qualquer ameaça que coloque em risco a população e o patrimônio público ou privado”, destacou o comandante.

O evento contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, de equipes de emergência, e das gerências das agências bancárias locais, dentre outras instituições que colaboraram para o sucesso da operação.

A “Operação Escudo de Aço” encerra um ciclo de treinamentos realizados nas últimas semanas, que incluíram instruções teóricas, ensaios táticos e alinhamentos interinstitucionais, consolidando o preparo do efetivo do 11º BPM para responder com eficiência e segurança a situações críticas.

Informações à imprensa:
Assessoria de Comunicação da PMES



HOSPITAL ESTADUAL SÍLVIO AVIDOS INVESTE EM INICIATIVAS HUMANIZADAS VOLTADAS A PACIENTES E FUNCIONÁRIOS

No Hospital Estadual Sílvio Avidos (HMSA), em Colatina, o atendimento ultrapassa o aspecto técnico, abrangendo também o acolhimento. Com o objetivo de tornar cada fase do atendimento mais humanizada, o hospital tem investido em iniciativas que promovam o bem-estar emocional tanto dos pacientes quanto dos funcionários.

Um dos projetos mais recentes é o 'Kit Passatempo Terapêutico', criado pela equipe de Psicologia, cujo objetivo é reduzir a ansiedade e estresse de pacientes internados. A equipe oferece um caderno de atividades com pintura, palavras-cruzadas, caça-palavras e jogos de lógica entregue junto a uma caixinha de giz de cera para colorir e lápis para responder às atividades.

A supervisora da equipe de Psicologia, Carla Lambert, destacou os diversos benefícios do kit aos pacientes. "O Kit Passatempo Terapêutico funciona como uma forma de entretenimento para pacientes internados, especialmente aqueles em isolamento ou com longos períodos de internação, promovendo momentos de lazer e estímulos cognitivos que favorecem o bem-estar durante o tratamento", explicou a profissional.

O projeto vem sendo implementado em leitos de isolamento da Unidades de Internação e das Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), ajustado de acordo com a condição clínica e cognitiva de cada paciente. Para Valdir Leite Gandra,



paciente internada no HMSA, o kit tem sido valioso. "É muito bom! Tem ajudado muito na minha recuperação e a manter minha cabeça ocupada. Pedi até para meus familiares trazerem mais lápis de cor. Já acabei o meu e quero mais", afirmou.

Para a equipe de Psicologia, o projeto representa a concretização de ações que já vinham sendo realizadas na unidade. "Tudo começou de forma simples, com a entrega de caça-palavras e desenhos impressos em folha comum a pacientes psiquiátricos. Com o tempo, percebemos o impacto positivo e passamos a estender a iniciativa também aos pacientes em isolamento, que costumam passar longos períodos sozinhos. Com o apoio da gestão, conseguimos aprimorar o projeto e temos visto resultados muito gratificantes", contou Natália Zaniboni Ferrari, psicóloga no HMSA e uma das idealizadoras da iniciativa.

Humanização para colaboradores

A humanização no HMSA vai além dos pacientes. Iniciativas voltadas ao cuidado com quem cuida têm reforçado a importância do bem-estar dos colaboradores. Nesse contexto, dois

projetos se sobressaem na unidade, o "Multiplicar" e o "Cuidando de Quem Cuida".

O Projeto 'Multiplicar' promove acolhimento e valorização dos profissionais, além de fornecer orientações práticas sobre bem-estar, incentivar o equilíbrio entre vida pessoal e profissional e engajar as lideranças no suporte às suas equipes.

Segundo a proponente do projeto e supervisora do Desenvolvimento e Treinamento no HMSA, Grasiely Silva, o projeto tem gerado bons resultados. "É gratificante ver o propósito do projeto se tornando realidade. Tenho recebido relatos de colaboradores que estão adotando práticas de autocuidado, compartilhando aprendizados com familiares e buscando apoio quando necessário. É sobre cuidar de quem cuida", afirmou Grasiely Silva.

Já o Projeto 'Cuidando de Quem Cuida' oferece escuta e suporte psicológico gratuito e sigiloso, com até três sessões iniciais, com o objetivo de reduzir o estresse e a ansiedade dos colaboradores. A iniciativa é da equipe de Psicologia, que se organiza para realizar os atendimentos e promover um espaço acolhedor.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Sesa

PROJETO PRIORIZA ATENDIMENTO DE DELEGADO EM REPARTIÇÃO PÚBLICA

O deputado estadual Delegado Danilo Bahiense (PL) apresentou na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) o Projeto de Lei (PL) 617/2025 para atendimento prioritário aos delegados de Polícia Civil, ativos e inativos, em órgãos e entidades públicas estaduais, concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras sediadas no Estado. De acordo com a proposta, o atendimento prioritário deverá ser assegurado por meio de mecanismos claros e acessíveis, como canais específicos, agendamento facilitado e tramitação célere de procedimentos administrativos. O texto também estabelece que a medida deve ser implementada sem aumento de despesas públicas ou criação de novas estruturas administrativas.

Na justificativa, Bahiense afirma que a proposta reconhece a relevância dos profissionais da área de segurança pública, especialmente quando necessitam do auxílio de órgãos do Estado.

"A proposição não institui privilégio injustificado, mas assegura condições materiais mínimas para que o delegado

possa exercer o seu papel profissional e também reconhecer aquele que já não está mais na ativa um justo atendimento", destacou o parlamentar.

Bahiense também reforça que o texto busca harmonizar-se com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu a constitucionalidade de medidas semelhantes voltadas a outras categorias. "Trata-se, assim, de uma proposição legítima, constitucional e socialmente relevante, que valoriza o profissional da área da segurança pública, em consonância com o interesse público", afirmou.

O projeto prevê ainda que a prioridade não se sobrepõe a outros atendimentos preferenciais já previstos em lei — como os destinados a idosos, pessoas com deficiência,

gestantes e lactantes.

Na Assembleia Legislativa (Ales) a proposta será analisada pelas comissões de Justiça, de Segurança e de Finanças. Caso seja aprovada e vire lei, a matéria entrará em vigor na data de sua publicação em diário oficial, produzindo efeitos após 60 dias, prazo durante o qual os órgãos e entidades abrangidos deverão promover as adequações necessárias.



DECRETO REGULAMENTA UTILIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE SALDOS CREDORES ACUMULADOS DE ICMS

Publicado no Diário Oficial do Estado dessa segunda-feira (20), o Decreto nº 6.217-R regulamenta a Lei nº 12.564/2025, que autoriza a utilização e a transferência para terceiros de saldos credores acumulados de ICMS. A medida tem como objetivo mitigar os efeitos sociais e econômicos adversos provocados pelo aumento das tarifas de importação

impostas pelo governo dos Estados Unidos da América, que impactou setores exportadores capixabas.

De acordo com o decreto, empresas dos setores mais afetadas pelo tarifaço no Estado (áreas de extração e produção de rochas ornamentais, de pescados e crustáceos, e de cultivo de pimenta-do-reino, mamão e gengibre), que tenham saldos credores acumulados de ICMS, poderão utilizar ou transferir esses créditos, desde que atendam às condições estabelecidas na regulamentação.

Para ter acesso ao benefício, o contribuinte deve estar em situação regular com o Fisco estadual, adimplente com suas obrigações tributárias, em dia com a entrega da Escrituração Fiscal Digital (EFD), manter o número mínimo de empregos diretos estabelecido em Termo de Acordo a ser firmado com a



Secretaria da Fazenda (Sefaz), entre outros critérios. Além disso, os créditos precisam estar homologados pela Receita Estadual.

Os valores poderão ser utilizados de três formas: para quitação do ICMS devido, inclusive o diferencial de alíquotas, na aquisição de máquinas e equipamentos industriais destinados ao ativo imobilizado; para transação e liquidação de débitos tributários de ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, incluindo imposto, multas e acréscimos legais; e para transferência a outro contribuinte localizado no Espírito Santo.

As empresas interessadas devem apresentar requerimento até o dia 31 de dezembro de 2025, por meio do Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos (E-Docs). A solicitação deve ser instruída com documentos como a certidão de homologação dos créditos,

comprovantes do impacto econômico sofrido, declarações de regularidade fiscal, quando aplicável, documentos de transação ou aquisição de equipamentos, entre outros.

Como contrapartida, as empresas beneficiárias deverão manter o nível de empregos diretos, cumprir integralmente as

obrigações tributárias e permanecer regulares perante o Fisco durante todo o período de utilização ou transferência dos créditos. O descumprimento dessas exigências poderá levar ao cancelamento do Termo de Acordo e à perda do direito de utilização dos créditos autorizados.

A iniciativa integra o conjunto de ações do Comitê de Enfrentamento das Consequências do Aumento das Tarifas de Importação (CETAX), criado para acompanhar os impactos do chamado "tarifaço" norte-americano e propor soluções voltadas à preservação dos empregos, manutenção da competitividade e sustentabilidade econômica das empresas capixabas.

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação da Sefaz



Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL

Tel.: (27) 99991-9614

Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante
CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br

CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira